



# 1.

## ACESSIBILIDADE TOTAL NA CULTURA E NO LAZER

Romeu Kazumi Sasaki<sup>3</sup>

A afirmação de que “Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção”, inserida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 1948), inspirou o combate às barreiras arquitetônicas nos últimos 50 anos do século 20 e nos anos iniciais do terceiro milênio.

O conceito “combate às barreiras arquitetônicas” evoluiu ao longo do tempo para dar origem ao conceito “acessibilidade arquitetônica”. Mais tarde, ampliou-se este conceito para abranger outros aspectos igualmente importantes.


### 1.1. Breve história da acessibilidade

#### • Década de 1950

Profissionais de reabilitação denunciam a existência de barreiras físicas nos espaços urbanos, edifícios e meios de trans-

---

3. Consultor de inclusão social. Contato: romeukf@uol.com.br



porte coletivo que impediam ou dificultavam a locomoção de pessoas com deficiência.

#### ● **Década de 1960**

Universidades americanas iniciaram a eliminação das barreiras arquitetônicas existentes em seus recintos: áreas externas, estacionamentos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, lanchonetes etc.

#### ● **Década de 1970**

Surge em 1972 o primeiro Centro de Vida Independente (CVI) do mundo, em Berkeley, Califórnia, EUA. Logo depois, foram sendo fundadas centenas de CVIs naquele país. Os CVIs impulsionaram o exercício da independência (tomada de decisões) e da autonomia (funcionalidade física) de pessoas com deficiência. Diz a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes: “As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade.” (NAÇÕES UNIDAS, 1975).

#### ● **Década de 1980**

O lema “Participação Plena e Igualdade”, do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981), levou pessoas com deficiência a desencadearem campanhas mundiais para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e para exigir não apenas a eliminação delas (por meio do *desenho adaptável*), como também a não-inserção de barreiras já nos projetos arquitetônicos (por meio do *desenho acessível*). Diz

a Declaração de Cave Hill: “Todas as barreiras que impeçam a igualdade de oportunidades devem ser removidas.” (*DISABLED PEOPLES’ INTERNATIONAL*, 1983). Afirma o Programa Mundial de Ação relativo às Pessoas com Deficiência: “Os Países-Membros devem trabalhar em prol de um ambiente físico acessível para todos, abrangendo as pessoas com vários tipos de deficiência.” (NAÇÕES UNIDAS, 1983).

### ● **Década de 1990**

Surgem o conceito de *desenho universal* (ambientes, meios de transporte e utensílios devem ser projetados para todos), o paradigma da inclusão e a visão de diversidade humana – ampliando o conceito de acessibilidade para abranger as dimensões arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais etc. Afirma o documento Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência: “Os Países-Membros devem iniciar medidas que removam os obstáculos à participação no ambiente físico. Tais medidas devem desenvolver padrões e diretrizes e considerar a promulgação de leis para garantir a acessibilidade a várias áreas da sociedade, tais como moradia, edifícios, serviços de transportes públicos e outros meios de transporte, ruas e outros ambientes externos.” (NAÇÕES UNIDAS, 1993). Diz a Carta para o Terceiro Milênio: “O século 20 demonstrou que, com inventividade e engenhosidade, é possível estender o acesso a todos os recursos da comunidade – ambientes físicos, sociais e culturais. No século 21, nós precisamos estender este acesso – que poucos têm – para muitos, eliminando todas as barreiras ambientais que se interponham à plena inclusão deles na vida comunitária.” (*REHABILITATION INTERNATIONAL*, 1999).



## • Século 21

Prossegue a longa luta pelo direito de ir e vir, incorporando-se ao movimento em defesa de todos os direitos humanos de todas as pessoas. O Artigo 9, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (NAÇÕES UNIDAS, 2006), se ocupa do tema “acessibilidade”, o qual é citado também em outros Artigos. O Brasil assinou esse documento, que é considerado o primeiro tratado internacional de direitos humanos do século 21 (BRASIL, 2007); ratificou-o com valor de emenda constitucional (BRASIL, 2008) e também o promulgou (BRASIL, 2009).

### 1.2. Inclusão nas artes e na cultura

O esforço de incluir pessoas com deficiência no âmbito das artes e da cultura comuns teve também a sua história, já contada, desde 1997, em meu livro (SASSAKI, 2010b) e aqui reproduzida com algumas atualizações.

No passado, a pessoa com deficiência foi focalizada como um tema nas artes e na cultura.

A partir da década de 1970, ela passou a ser uma protagonista nesses campos, inicialmente de uma forma muito tímida.


Nos anos de 1980, um verdadeiro movimento se alastrou pelo mundo inteiro, mostrando a alta habilidade de pessoas com as mais variadas deficiências, na condição de artistas, dançarinos, músicos, atores de cinema e de teatro, diretores, fotógrafos, escritores e outros (GAZETA DE PINHEIROS, 1980; MARINHO, 1981; CASTRO, 1982; INTERNATIONAL REHABILITATION REVIEW, 1984; CASA DE DAVID, 1985).

E a década de 1990 presenciou trabalhos artísticos e literários de ótima qualidade, desempenhados por pessoas com deficiência, que impressionaram e emocionaram familiares e especialistas, bem como a população em geral (*REVISTA INTEGRAÇÃO*, 1990; GILBOA, 1994; PRIETO& MORELLI, 1997).

Nessa década, não só organizações profissionais específicas de artistas com deficiência se apresentaram para plateias comuns (p. ex., VIEGAS, 1995; FACCIO, 1996; HIRAO, 1996a, 1996b; SANT'ANNA, 1996; RODA VIVA COMPANHIA DE DANÇA, 1996), mas também grupos informais, geralmente de instituições especializadas, se empenharam em desenvolver e estimular as habilidades artísticas e literárias de seus alunos ou aprendizes.

Num esforço de *integração social*, esses grupos formais e informais estiveram se aperfeiçoando, para provar que tinham capacidade e habilidade tanto quanto os artistas sem deficiência. Essa capacidade já vinha sendo comprovada há quase 30 anos, mas a sociedade como um todo ainda não havia tido a oportunidade de conhecê-la por si mesma e, por isso, se maravilhava e se encantava vendo o desempenho artístico, intelectual e cultural das pessoas com deficiência. Esse desconhecimento acontecia também nas famílias que passam a ter alguém com deficiência.

Agora, no movimento pela *inclusão social*, luta-se por uma sociedade que, tendo entendido o direito de as pessoas serem diferentes e o valor da diversidade humana, seja modificada para aceitá-las como parte da população geral. Nesse sentido, veremos com frequência cada vez maior duas tendências mundiais:



- pessoas com deficiência, possuidoras de grandes talentos artísticos e literários, atuando com profissionais sem deficiência e não mais em grupos formados exclusivamente por pessoas com deficiência, como ainda acontece hoje em dia;

- pessoas com deficiência se envolvendo com artes e cultura, não para se destacarem e receberem prêmios algum dia, mas simplesmente para se desenvolverem com maior plenitude na condição de seres humanos, ou então para o seu lazer e prazer.

Comprovam essas tendências mundiais os frequentes registros na mídia a respeito de atividades artísticas e culturais protagonizadas por pessoas com deficiência (*FOLHATEEN*, 2000; ZILLIG, 2001; COMPANHIA DE DANÇA ARTE SEM BARRERAS, 2001) e os guias com informações de acesso, por exemplo, à arte e à cultura, para que pessoas com deficiência possam participar ativamente nos eventos oferecidos à população geral (p. ex., SCHWARZ & HARBER, 2001; MENDES, 2001; MEC, 2002; SASSAKI, 2003).

Manifestações culturais, artísticas e literárias, envolvendo pessoas com deficiências, prosseguem até os dias de hoje com uma frequência cada vez maior e produzidas por todo o Brasil (FERREIRA, 2011a; FERREIRA, 2011b; PAIVA, 2011; SOUZA SOBRINHO, 2011)

### **1.3. Dimensões da acessibilidade**

Os exemplos de acessibilidade serão, a seguir, inseridos em uma estrutura didática formada por seis dimensões.

As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas); comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas); metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas utilizados nos sistemas sociais comuns); instrumental (sem barreiras de instrumentos, ferramentas, utensílios etc.); programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para com as pessoas que têm deficiência).

Portanto, a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

#### **1.4. Exemplos de acessibilidade total**

Como um paradigma de sociedade, a *inclusão* é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos –, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

Para exemplificar a aplicação do *paradigma da inclusão* e do conceito de *acessibilidade total*, escolhi os sistemas comuns do lazer e da cultura.



#### **a) Dimensão arquitetônica no lazer e na cultura**

Acesso fácil nos aeroportos, terminais rodoviários, espaços urbanos, hotéis e similares, museus, teatros, transportes coletivos, parques ecológicos, parques temáticos, locais de eventos, acampamentos etc.

#### **b) Dimensão comunicacional no lazer e na cultura**

Adequação das sinalizações de locais (em atenção às pessoas cegas e às pessoas com baixa visão) e contratação de intérpretes da língua de sinais, a fim de auxiliarem os trabalhadores em serviços e locais de lazer e cultura.

#### **c) Dimensão metodológica no lazer e na cultura**

Substituição da forma tradicional (que não leva em consideração as necessidades especiais de certas pessoas), a fim de que os gestores de serviços de lazer e cultura estabeleçam novas propostas e acordos com os seus usuários que têm deficiência.

#### **d) Dimensão instrumental no lazer e na cultura**

Adequação nos aparelhos, equipamentos, ferramentas e outros dispositivos que fazem parte dos locais de lazer e cultura. Tradicionalmente, os agentes do lazer e da cultura ignoram as limitações físicas, visuais, auditivas, psicossociais e intelectuais de algumas das pessoas com deficiência.

#### **e) Dimensão programática no lazer e na cultura**

Eliminação das barreiras invisíveis existentes nos decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças



escritas; barreiras que se apresentam implicitamente, mas que na prática impedem ou dificultam a utilização dos serviços de lazer e de cultura por certas pessoas.

#### **f) Dimensão atitudinal no lazer e na cultura**

Educação da sociedade como um todo e, especialmente, dos profissionais com poder de decisão, mas ainda preconceituosos a respeito de pessoas com deficiência, e que por isso deixam de abrir oportunidades de lazer e cultura para esse segmento populacional.

### **Referências bibliográficas**


ABNT. *Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos* (NBR 9050:2004, válida a partir de 30/6/04). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004.

\_\_\_\_\_. *NBR 15290*.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

\_\_\_\_\_. *Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/03*. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.296, de 2/12/04*. Regulamenta as Leis 10.048, de 8/11/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; e 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.



\_\_\_\_. *Lei 10.098, de 19/12/2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

\_\_\_\_. *Portaria SEDH 170/2004*.

\_\_\_\_. *Instrução Normativa SGPR 1, 2/12/2005*. Dispõe sobre acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual.

\_\_\_\_. *Portaria MEC 976/2006*. Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação.

\_\_\_\_. *Portaria MC 310/2006*.

\_\_\_\_. *Portaria SLT 3/2007*.

\_\_\_\_. *Portaria SEDH 151/2007*.

\_\_\_\_. *Decreto Legislativo 186, 9/7/2008*. Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo.

\_\_\_\_. *Decreto 6.949, 25/8/2009*. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo.

CASA DE DAVID. *Exposição de Desenhos de Alunos da Casa de David: a expressão plástica do excepcional*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 18 a 30 jun.1985.

CASTRO, Denise de. *Teatro: terapia e realização do deficiente*. In *Desafio de Hoje*, Rio de Janeiro, ano I, n.9, nov.1982.

COMPANHIA DE DANÇA ARTE SEM BARREIRAS. *A arte do movimento sem limites. O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 out. 2001.

DISABLED PEOPLES' INTERNATIONAL. *Declaração de Cave Hill*. Cave Hill, 1983.

FACCIO, Liane. *Paralíticos dançam: brasileiros seguem o exemplo*. *Diário Popular*, São Paulo, 5 dez.1996.

FERREIRA, Eliana Lucia. *Dança artística em cadeira de rodas*. In Eliana Lucia Ferreira (org.), coleção “Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência”, vol. 5, p.61- 136. Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011a.

FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. *Jogo, representações sociais, configurações, inclusão/exclusão*. In: Eliana Lucia Ferreira (org.), coleção “Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência”, vol. 2, p. 15-100. Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011b.

FOLHATEEN. *Juventude excluída faz espetáculo de dança*. Centro Cultural São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 dez. 2000.

GAZETA DE PINHEIROS. *Um curso de teatro que visa recuperar deficientes*. *Gazeta de Pinheiros*, São Paulo, 7 mar. 1980.

GILBOA, Yair. *Las artes y los discapacitados mentales*. *Noticias ILS-MH*, Bruxelas, n.16, p.21, 1994.

HIRAO, Roberto. *Deficientes físicos de Natal caem na dança e dão lições de vida*. *Folha da Tarde*, São Paulo, p. A12, 23 dez. 1996a.


\_\_\_\_\_. *Balé de deficientes físicos emociona público paulista*. *Folha da Tarde*, São Paulo, p.8, 20 dez. 1996b.

INTERNATIONAL REHABILITATION REVIEW. *Creativity and disability*. Nova York, p. 4-5, 3° e 4° trim. 1984.

MARINHO, Rosa. *Entre mãos* (Continuação da peça “O Milagre de Anne Sullivan”, que conta a história de Helen Keller e sua professora). Peça teatral apresentada em São Paulo em 4 dez.1981.

MEC. *Estratégias e orientações sobre artes: respondendo com artes às necessidades especiais*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, dez. 2002.

MENDES, Rodrigo H. *Arte, inclusão e acessibilidade*. In Schwarz & Harber. Guia São Paulo Adaptada 2001, p.12-13, São Paulo, 2001.



NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*. Nova York: ONU, 13 dez. 2006.

\_\_\_\_\_. *Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência* (1993). São Paulo: Centro de Vida Independente Araci Nallin, p.26, 1996.

\_\_\_\_\_. *Programa Mundial de Ação relativo às Pessoas Deficientes*. Nova York: ONU, 1983.

\_\_\_\_\_. *Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes*. Nova York: ONU, 1975.

\_\_\_\_\_. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

PAIVA, Ione Maria Ramos de. *Os jogos com canto*. In Eliana Lucia Ferreira (org.), coleção “Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência”, vol. 2, p. 101-156. Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011.

PCEPD. *Profit from our experience: Job accommodations – situations and solutions*. Washington, DC: *President’s Committee on Employment of People with Disabilities*, 1995.

PRIETO, Heloísa; MORELLI, Paulo. *Literatura: A vida sobre rodas* (do filme “A Turma da Garagem”). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 abr. 1997.

REHABILITATION INTERNATIONAL. *Carta para o Terceiro Milênio*. Londres, 1999.

REVISTA INTEGRAÇÃO. *I Mostra de Artes da Pessoa Deficiente*. Centro Cultural São Paulo, São Paulo, 23 a 30 set. 1990.

RODA VIVA COMPANHIA DE DANÇA. *Bailarinos vencem limites das rodas*. *Diário Popular*, São Paulo, p.8, 18 dez. 1996.

SANT’ANNA, Lourival. *Grupo inglês coreografa os limites físicos*. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 dez. 1996.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010b.

\_\_\_\_\_. *Deficiência psicossocial: a nova categoria de deficiência*. Fortaleza: Agenda 2011 do Portador de Deficiência, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Inclusão no lazer e no turismo*. São Paulo: Áurea, 2003.

SCHWARZ, Andrea; HARBER, Jaques. *Guia São Paulo Adaptada 2001*. São Paulo: O Nome da Rosa, 2001.

SOUZA SOBRINHO, Pedro Américo de. *Técnicas de manejo na dança em cadeira de rodas*. In: Eliana Lucia Ferreira (org.), coleção "Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência", vol. 3, p. 81-118. Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011.

VIEGAS, Conceição. *A arte como fator de desenvolvimento e integração sociocultural da pessoa portadora de deficiência*. *Revista Integração*, n.15, p. 52-53, n.15, 1995.

ZILLIG, Júlia. *Projetos especiais para um público especial*. *Revista Cultural*, São Paulo, n. 28, p.22-24, nov.2001.